

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA GEODIVERSIDADE DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DO UIRAMUTÃ, ESTADO DE RORAIMA

Guilherme Gonzaga de Andrade

Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Boa Vista, RR, Brasil
geo.guilhermeandrade@gmail.com

Fábio Luiz Wankler

Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Boa Vista, RR, Brasil
fwankler@gmail.com

Márcia Teixeira Falcão

Universidade Estadual de Roraima,
Coordenação de Geografia, Boa Vista, RR, Brasil
marciafalcao.geog@uerr.edu.br

Maria do Socorro Melo Araújo

Universidade Federal de Roraima,
Coordenação de Letras, Boa Vista, RR, Brasil
socorro.araujo@ufr.br

Georgia Patrícia da Silva Ferko

Universidade Federal de Roraima,
Coordenação de Administração, Boa Vista, RR, Brasil
geoufpe@yahoo.com.br

RESUMO

O geoturismo têm se tornado uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento do turismo em diversas áreas do mundo, por demonstrar o valor da geodiversidade e dos elementos abióticos do patrimônio natural na forma de atrativos turísticos. Em Uiramutã, município do estado de Roraima que possui a maior população declarada indígena do país (96,6%), os atrativos turísticos da geodiversidade são comumente utilizados como divulgadores do turismo em Roraima. Esta pesquisa justifica-se frente a real possibilidade de implementação do turismo na região e tem como objetivo analisar a percepção dos moradores da zona urbana (inclui as comunidades indígenas Uiramutã e Makunaíma) acerca do seu entendimento sobre o geoturismo e a forma como o turismo é atualmente desenvolvido na região. Foi realizado um questionário semiestruturado com dez entrevistados e, para facilitar a interpretação, foram utilizadas nuvens de palavras. Os entrevistados percebem a geodiversidade (serras, cachoeiras e rios) que os rodeia como detentora de um forte valor simbólico, que remete ao sagrado para as comunidades indígenas. O turismo é visto como uma forma de atrair recursos financeiros para o desenvolvimento local, embora as comunidades indígenas ainda estejam no processo de entender a forma como o turismo é realizado.

Palavras-chave: Geoturismo. Terra indígena. Geoconservação. Turismo de Base Comunitária.

ENVIRONMENTAL PERCEPTION OF GEODIVERSITY IN THE URBAN AREA OF THE MUNICIPALITY OF UIRAMUTÃ, STATE OF RORAIMA, BRAZIL

ABSTRACT

Geotourism has become a strategic tool for the development of tourism in various areas of the world. It demonstrates the value of geodiversity and the abiotic elements of natural heritage in the form of tourist attractions. In Uiramutã, a municipality in the state of Roraima, Brazil, with the largest indigenous population in the country (96.6%), geodiversity tourist attractions are commonly used to promote tourism in Roraima. This research is justified by the real possibility of implementing tourism in the region. It aims to analyze the perception of urban dwellers (including the Uiramutã and Makunaíma indigenous communities) about their

understanding of geotourism and the way tourism is currently developed in the region. A semi-structured questionnaire was carried out with ten interviewees, and word clouds were produced to facilitate interpretation. The interviewees perceive the geodiversity (mountains, waterfalls, and rivers) that surrounds them as having strong symbolic value, which refers to the sacred for indigenous communities. Tourism is seen as a way of attracting financial resources for local development, although the indigenous communities are still in the processing how tourism has been carried out.

Keywords: Geotourism. Indigenous land. Geoconservation. Community-based tourism.

INTRODUÇÃO

Atualmente, temáticas relacionadas aos valores intrínsecos da geodiversidade (aspectos filosóficos, religiosos e culturais de uma sociedade) têm assumido um papel fundamental no planejamento do turismo sustentável, por permitir reconhecer as características dos elementos abióticos do patrimônio natural e sua percepção com a comunidade que ali habita. O segmento turístico da geodiversidade, o geoturismo, emerge como um expoente relacionado ao ecoturismo, inserindo um enfoque mais voltado ao ambiente físico, a fim de atender a preceitos de sustentabilidade que o ecoturismo não atingiu por meio de suas práticas (Lobo *et al.*, 2012). Segundo Moura-Fé (2015) esse ramo novo da atividade turística pode chegar a assumir um grau de importância estratégica para o futuro do desenvolvimento turístico do Brasil como um fator de desenvolvimento social, de educação ambiental e de valorização do potencial das comunidades envolvidas. Isso permite proporcionar geração de empregos diretos e indiretos, os quais podem ser, majoritariamente, de ordem local, garantindo crescimento econômico para as localidades.

Nesse sentido, o município do Uiramutã, situado em Roraima, possui diversos atrativos turísticos relacionados à sua geodiversidade (serras, cachoeiras e corredeiras), que comumente são utilizados como divulgadores do turismo em Roraima. O citado município, situado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), apresenta uma população declarada indígena de 96,6%, a maior do país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). As comunidades indígenas locais agregam à geodiversidade sua valoração cultural, relacionada aos seus signos, símbolos e crenças, que podem ser reconhecidos a partir da toponímia e das tradições indígenas. Araújo (2019), em seu estudo antropológico da toponímia do Uiramutã, demonstrou que existem uma relação homem-meio-espírito que emerge nos nomes de seus acidentes físicos e humanos.

Falcão, Silva e Souza (2020) observam que tanto o governo estadual quanto as agências de turismo divulgam a geodiversidade do Uiramutã, promovendo visitação de forma indevida e irregular aos locais, inclusive os considerados sagrados aos indígenas. Surge, então, a necessidade das comunidades indígenas serem protagonistas do processo turístico, o que requer capacita o, entendimento e organiza o para que o turismo passe a ser regularizado de forma comunitária e em sinergia com as suas crenças e costumes tradicionais. Desse modo, a presente pesquisa   justificada frente   real possibilidade de implementa o do turismo na região, podendo se tornar uma possível alternativa   falta de gera o de emprego e renda que atualmente contribuem ao baixo  ndice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Uiramutã.

A questão que levou a esta investiga o busca entender qual a percep o dos moradores sobre o significado de geodiversidade, geopatrim nio e geoturismo. Compreender como os moradores e comunidades indígenas da zona urbana percebem o turismo pode auxiliar na tomada de decisões para que o turismo não seja realizado de forma indevida e que os indígenas estejam no controle desse processo.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar a percep o dos moradores da zona urbana do Uiramutã (que inclui as comunidades indígenas Uiramutã e Makunaíma) acerca do seu entendimento sobre o geoturismo e a forma como o turismo   atualmente desenvolvido na região.

 rea de estudo

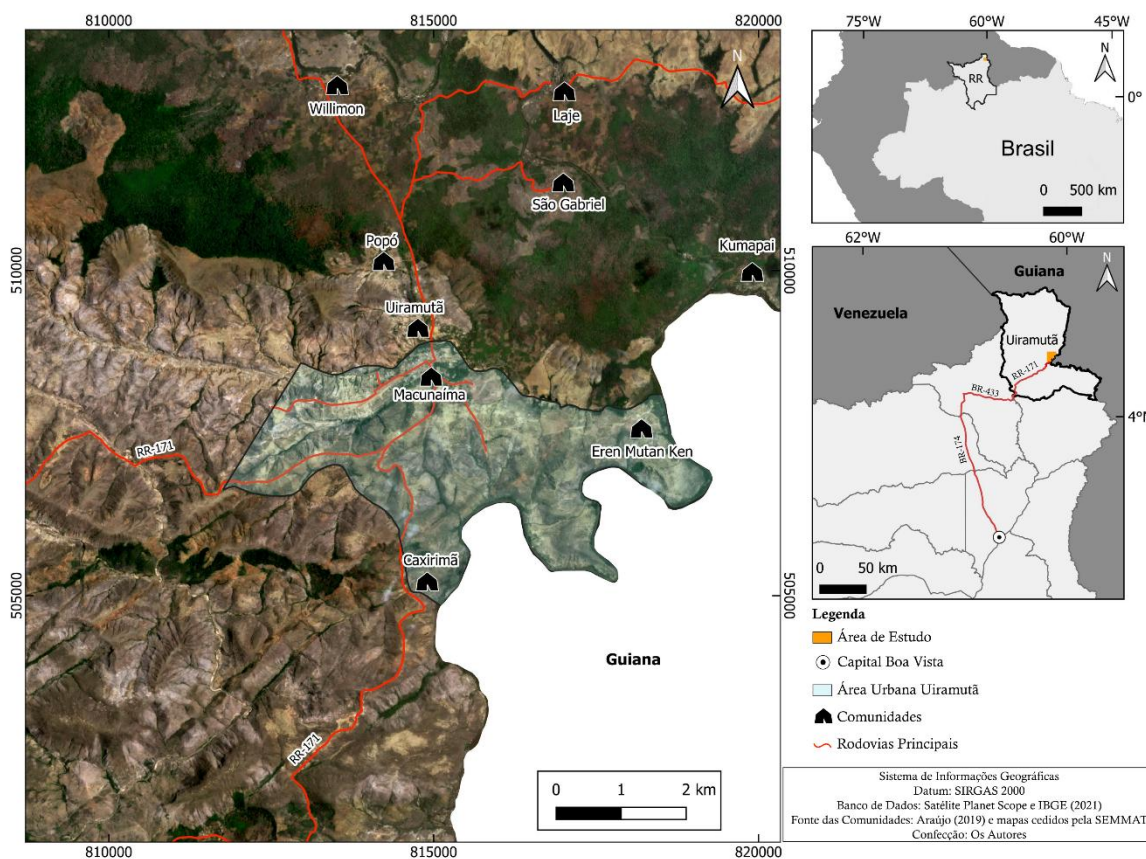
A  rea de estudo (Figura 1) abrange a zona urbana do município do Uiramutã, localizado no norte do estado de Roraima. Os limites do município constituem uma fronteira tríplice internacional com a

República Bolivariana da Venezuela e República Cooperativa da Guiana. Sua via de acesso, partindo da cidade de Boa Vista, capital de Roraima, é feita por meio da rodovia BR-174, seguindo cerca de 165 km até virar a leste no entroncamento com a rodovia BR-433, de onde se segue cerca de 57 km até chegar à rodovia RR-171, pelo qual se percorre cerca de 73 km até a cidade de Uiramutã.

O município apresenta uma população de apenas 13.751 habitantes, com percentual de população declarada indígena de 96,6 %, a maior do país (IBGE, 2022). Essa população vive predominantemente na área rural, em pequenas comunidades indígenas, que, por sua vez, são dotadas de repertório de conhecimento cultural relacionado à paisagem, sendo que somente na área estudada há pelo menos nove comunidades dos povos Macuxi e Wapichana (Figura 1).

Porém, tais comunidades carecem de infraestrutura básica (saneamento básico e serviços de saúde), o que faz o município ter um dos menores IDHM do Brasil (0,453), estando na posição de 5560º, entre 5565 municípios (IBGE, 2010). Com exceção da área urbana, toda a região se situa na TIRSS, possuindo inúmeras comunidades indígenas e registros arqueológicos de diversas fases de ocupação humana do território amazônico.

Figura 1 - Mapa de localização da área urbana do município de Uiramutã, com destaque para as comunidades indígenas no entorno, 2026



Fontes: IBGE, 2021; Planet Scope, 2024. Elaboração: Os autores, 2026.

Uiramutã tem o privilégio de tríplice fronteira e, com isso, uma farta variedade de aspectos físicos e sociais que interagem e se transformam continuamente. Pode-se afirmar, ainda, que se somam à sua paisagem os elementos culturais, identitários e linguísticos. A toponímia indígena da região quase sempre é espontaneamente motivada por uma história narrada com base em fatos históricos ou em mitos e lendas presentes na cultura. Assim, é importante apresentar, baseadas em Araújo (2021), as narrativas dos mitos que foram escolhidos para dar nomes às comunidades em foco desta pesquisa.

Conexões entre geografia, topônimos e mitos

Além das discussões acerca do tema central do artigo, geodiversidade e geoturismo, esta seção ancora-se nas interfaces evidentes entre a geolinguística e mitos, deixando clara a necessidade de valorizar e reverenciar a cultura local. Para Rivière (1995), o mito revela a origem das coisas, explicando fatos da cultura de um povo por meio de suas narrativas orais. Para ele, esse gênero de natureza metafórica, simbólica e imagética torna conhecida a forma de identificação e posição social de um grupo ou de distinção de ideologias. Como exemplos, em consonância com Rivière (1995), podem ser citados: o uso de pinturas corporais, que revelam sentimentos de alegria ou tristeza; os adornos, como penas e suas cores, que identificam etnias e estão ligados a rituais; e ações de personagens que quase sempre revelam mudanças, poder ou domínio desses sobre uma coisa especificamente. Friel (1971), considerando a opinião do índio Kaxúyana, vai além quando afirma que “o corpo humano é simplesmente um meio de manifestação, uma espécie de ‘vestimenta’ que se recebe na hora do nascimento e se deixa ao morrer”. Nessa visão, portanto, o homem transcende a morte, e o corpo é apenas uma roupa.

Sabe-se que várias são as versões circulantes dos mitos, contadas por pessoas e lugares diferentes, no entanto em todas elas aparecem os mesmos personagens. Não é diferente para Uiramutã e Makunaima, que concederam o batismo das comunidades e do município.

Para a narrativa do topônimo “Uiramutã”, Araújo (2019) identificou a seguinte narrativa envolvendo os irmãos Insikiran e Ani'kê. Enquanto pescavam, Insikiran ordenou ao irmão Ani'kê que fosse “buscar farinha”, “*Uyi mîta*”, pois, no percurso, eles sentiram fome. Em entrevista, um colaborador de sua pesquisa de doutorado acrescentou que o peixe “aymará” teria entrado em um buraco no rio Maú, e os irmãos cavaram-no em busca do pescado, surgindo daí o igarapé Uiramutã.

Já o topônimo “Makunaima” versa sobre o herói Makunaima que, para alguns, ainda vive e cuida de todos os “parentes”¹ de Roraima. O mito versa sobre o amor do Sol e da Lua, elementos personificados na narrativa, uma história romântica humanamente impossível da qual nasce um herói, o curumim Makunaima, fecundado em um eclipse que uniu o Sol e Lua. Em outras passagens, a narrativa deixa claro o poder do herói de transformar coisas e de se transformar, tendo transformado as árvores em pedras após a morte da Árvore de Todos os Frutos. O curumim — como representação da natureza humana — tornou-se, então, guerreiro protetor da flora e da fauna com indubitáveis poderes intrínsecos de autoridade, como o de colher as frutas; ou ainda de castigar aqueles que desobedeceram às suas ordens (Araújo, 2021).

O indígena se organiza em uma sociedade hierárquica, na qual os mais velhos repassam seus valores por meio da história narrada aos mais jovens. Nesse processo, os elementos extralinguísticos presentes na geografia, na cultura e na história efervescem nos mitos que dão nome aos lugares, como em Uiramutã e Makunaima, em uma relação mito-toponímica.

Nesse sentido, o artigo ressalta que os mitos têm relação intrínseca com a toponímia indígena de Roraima e que é possível aclarar, a partir do nome do lugar, aspectos geolinguísticos e culturais importantes para o desenvolvimento de qualquer setor social e ou econômico naquele espaço geográfico sem prejuízos aos moradores. Portanto, compreender a cultura é reconhecer tradições que se projetam no nome do lugar. É por esse viés que devem ser construídos os planos de geoturismo das comunidades de Uiramutã.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa faz parte de um projeto denominado “Geodiversidade e Geoturismo: potencialidades e fragilidades na Região da Raposa Serra do Sol – Uiramutã/Roraima”, aprovado pelo sistema CEP/Conep com número de registro CAAE 60649322.9.0000.5621, cumprindo as exigências das Resoluções do CNS 510/2016, 304/2000, Portaria 177/2006 da Funai. O aceite da entrevista foi concretizado a partir da assinatura do entrevistado no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido,

¹ O termo “parente” é amplamente utilizado, especialmente na Região Norte, para designar, entre os povos indígenas, não um vínculo biológico, mas a identificação com outros indígenas que compartilham valores, tradições e interesses socioculturais.

no qual, primeiramente, foram esclarecidos o objetivo do estudo e os questionamentos do participante sobre a entrevista.

O mapa de localização foi gerado utilizando o programa QGIS versão 3.30, por meio de imagens de satélites no Planet Scope (2024), em conjunto com as bases cartográficas do IBGE (2021). As comunidades foram mapeadas a partir da análise visual em conjunto com Araújo (2019) e mapas cedidos pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo do Uiramutã (SEMMAT).

Foram realizadas 10 entrevistas no período de 6 a 12 de novembro de 2023, na área urbana do Uiramutã e em comunidades indígenas próximas. Os critérios de inclusão foram moradores, servidores e lideranças de comunidades que vivem na área urbana de Uiramutã, maiores de 18 anos, que tenham consentido com a participação na pesquisa. Os critérios de exclusão foram menores de 18 anos, não indígenas, moradores recentes ou que não pertençam a comunidades. A escolha dos participantes foi conduzida seguindo a metodologia *snowball*, caracterizada por redes de referência, em que o participante entrevistado indica uma pessoa relevante para o cunho da pesquisa, expandindo progressivamente conforme os participantes iniciais indicam outras pessoas relevantes para o cunho da pesquisa (Biernacki; Waldorf, 1981). Segundo Bockorni e Gomes (2021), o método *snowball* não se sustenta por si só, dependendo de outros meios de pesquisa. Diante dessa constatação, a indicação foi guiada pelo entrevistador a fim de que houvesse a maior diversidade possível de pessoas entrevistadas. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, consistindo em uma conversa guiada com 10 questões, nas quais o entrevistado pode discorrer sobre suas experiências com o meio ambiente natural, potencialmente relevantes do ponto de vista geoturístico.

Para facilitar a interpretação das informações e dados obtidos, foi gerada uma Nuvem de Palavras (NP) para cada pergunta, a partir dos termos mais utilizados pelos entrevistados. Para utilização da técnica de NP, foi criado um banco de dados, elaborado com base na gravação das entrevistas e transcrição dos áudios utilizando o *software* Good Tape, além de revisão e checagem manual de erros ortográficos. Por sua vez, a técnica de NP foi gerada utilizando o *software* WordArt.com, agrupando as transcrições das entrevistas de acordo com as perguntas feitas, o que criou uma nuvem de palavra para cada questão. Palavras sem significância foram removidas da nuvem, tais como artigos, pontuações, preposições, conjunções, alguns verbos e pronomes, nomes próprios, advérbios e adjetivos. A técnica de NP considerou o índice de saliência, convertendo a frequência das palavras utilizadas nas respostas dos entrevistados em uma representação visual hierárquica dos termos que mais foram utilizados e citados. Consequentemente, há uma relação entre o tamanho dos caracteres atrelado à repetição quantitativa da frequência da palavra no texto, resultando em uma imagem gráfica que pode ser facilmente interpretada e comparada (Honorio *et al.*, 2019; Vieira; Filho; Silva, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao perfil dos entrevistados, foram levantados dados quanto ao sexo, idade, etnia e função, dispostos no Quadro 1. Foram entrevistadas oito pessoas do sexo masculino e duas do sexo feminino, todas identificadas por números para garantir o anonimato. Quanto à faixa etária, sete entrevistados possuem faixa etária maior que 40 anos e três têm entre 20 e 40 anos. Os entrevistados são todos indígenas e residem no município de Uiramutã, sendo nove da etnia Macuxi, naturais de Uiramutã, e um da etnia Ticuna, natural do Amazonas. Quanto à função dos participantes, três são funcionários da Prefeitura Municipal; dois são líderes de comunidades (tuxauas das comunidades Uiramutã e Makunaíma); dois são funcionários da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo do Uiramutã (SEMMAT); um é funcionário da Secretaria Municipal da Educação; um é condutor turístico local; um é morador relevante que foi indicado pelos entrevistados por ser reconhecido como possuidor de grande conhecimento e experiência sobre a história indígena.

Por meio da utilização do método *snowball*, observa-se que a maioria das indicações recaiu sobre pessoas de faixa etária mais avançada, o que pode ser atribuído ao maior tempo de convivência e ao conhecimento mais amplo desses indivíduos sobre os locais utilizados — no presente e no passado — para a prática do turismo em Uiramutã, bem como sobre suas dinâmicas. A sugestão sobre a diversidade do perfil dos entrevistados por meio do *snowball* permitiu considerar as diferentes visões de acordo com a função do participante no município. A interpretação da nuvem de palavras foi realizada relacionando as palavras mais significativas com frases de efeito utilizadas pelos entrevistados. Posteriormente, realizou-se uma interpretação geral das respostas, com o objetivo de facilitar a identificação, no texto, das palavras presentes na NP; optou-se por destacá-las entre aspas e em negrito.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados da Zona Urbana do Município de Uiramutã

Entrevistado	Gênero	Faixa etária (anos)	Etnia	Função
1	Feminino	Entre 20 e 40	Macuxi	Funcionária da SEMMAT
2	Masculino	Maior que 40	Macuxi	Funcionário da Prefeitura Municipal
3	Feminino	Maior que 40	Macuxi	Líder de comunidade – Tuxaua
4	Masculino	Maior que 40	Ticuna	Morador relevante
5	Masculino	Entre 20 e 40	Macuxi	Funcionário da SEMMAT
6	Masculino	Maior que 40	Macuxi	Líder de comunidade – Tuxaua
7	Masculino	Entre 20 e 40	Macuxi	Funcionário da Prefeitura Municipal
8	Masculino	Maior que 40	Macuxi	Funcionário da Secretaria Municipal de Educação
9	Masculino	Maior que 40	Macuxi	Condutor local
10	Masculino	Maior que 40	Macuxi	Funcionário da Prefeitura Municipal

Fonte: Os autores, 2026.

Análise das entrevistas

A entrevista teve início com a pergunta sobre como os entrevistados compreendem o geoturismo. A NP da pergunta destaca que os termos mais citados foram “turismo”, “cachoeira”, “geoturismo” e “indígena”. Essas palavras se associam aos principais potenciais turísticos da região. Os entrevistados atribuem esses potenciais às cachoeiras e aos indígenas. As cachoeiras são locais reconhecidos para a prática do geoturismo pelos entrevistados, citando as cachoeiras “Urucá” e “Andorinha”. Por se tratar de turismo em terra “indígena”, o termo “Etnoturismo” é citado como um potencial turístico cultural que as comunidades possuem (Figura 2).

Figura 2 - Nuvem de Palavras da pergunta “O que o(a) senhor(a) entende por geoturismo”



Fonte: Os autores, 2026.

Todos os entrevistados demonstraram familiaridade com o assunto, exaltando o potencial turístico do município de Uiramutã, como se observa nas falas transcritas dos entrevistados a seguir:

Como Makuxi, são os potenciais. O que eu acho que existe nesses valores, os valores da própria parte, das características, tanto ambientais, das partes cênicas que a gente tem, dos valores das rochas, dos paredões, das sedes. Então, o Geoturismo, ele (SIC), ele é uma parte, quer dizer, é uma ferramenta do turismo também (SIC), [como] o ecoturismo e o etnoturismo (Entrevistado 5, Funcionário da SEMMAT).

Eu entendi um pouco pela visão geral em relação ao turismo, né? Os benefícios que ela pode trazer. E para desenvolver uma região, né? E é uma tecla que nós vemos trabalhando, batendo muito tempo em cima. Que seria o nosso município, o Uiramutã. Tem um potencial muito grande, né? Para desenvolver esse setor [...] O geoturismo seria o turismo da (SIC), principalmente com o espaço geográfico que nós temos aqui, né? As belezas naturais que nós temos aqui. A região é muito propícia a esse tipo de

exploração do turismo, do ecoturismo. Ou turismo natural, da natureza. Mas também nós vemos aqui que nós podemos também praticar o turismo cultural, né? E outras coisas mais que a região propicia, né? Tem potencial muito grande. (Entrevistado 7, funcionário da Prefeitura Municipal).

Souza *et al.* (2015) pontuam o forte valor simbólico dado pela natureza aos elementos da cultura indígena, interferindo em seu modo específico de vida, diretamente permeado por relações complexas que variam de condutas coletivas advindas de seus ancestrais, mesmo em diferentes grupos étnicos. Em Uiramutã, os elementos da geodiversidade contribuem para a formação do pensamento indígena sobre a origem e a evolução de seu mundo, estando quase sempre ligados aos mitos e lendas locais. Araújo (2019) demonstra, a partir da toponímia, que os povos indígenas incorporam nos acidentes físicos locais, segredos e histórias, guardados pelos mais antigos, que justificam sua cosmologia e visão de mundo. Dessa forma, quando se trata do geoturismo, os entrevistados tendem a demonstrar que as comunidades indígenas consideram a geodiversidade (serras, cachoeiras, rios e igarapés) sagrada. Essa percepção do sagrado, segundo Schallenger e Arantes (2014) deve-se ao território ser o espaço de referência do mundo simbólico, onde o indígena exercita suas crenças, vivências, religiosidade e valores, como demonstra a fala do entrevistado 5:

Porque no Uiramutã, a maior parte do (SIC) do território são comunidades indígenas, né? E as cachoeiras, esses lugares sagrados, lugares de respeito, eles estão dentro das terras indígenas. E aí as comunidades têm esse afeto, né? E aí (SIC) o geoturismo entra nesses valores que a comunidade já vivencia. Tanto nas serras, por exemplo, você tem as (SIC), você tem as serras de Pacará, né? Às vezes o nome de uma serra vem denominado (SIC) uma rocha sagrada, né? A Serra do Pacará, você tem porque lá é uma (SIC) como se fosse um (SIC) lá existiam deuses, que é uma rocha sagrada, deuses do porco, do porco catitu. Então o porco catitu, toda vez que você for mexer nessa, nessa rocha, rocha sagrada, acreditamos que surgiu como se fosse uma praga de porco catitu (Entrevistado 5, funcionário da SEMMAT).

Kolling e Silvestri (2019) indagam que a terra indígena deve ser vista como um recurso sociocultural, de reprodução social, cultural e espiritual de um povo; o simbolismo mítico-religioso de cada comunidade, portanto, está historicamente vinculado a seus habitantes e não se apaga com o passar do tempo. Os autores mencionam, a partir de Bonnemaison e Cambrézi (1996), que os viventes não são os únicos a ocupar o território, mas que a presença dos mortos marca o espaço e as pessoas que ali vivem com o signo do sagrado. Para o povo Makuxi do Uiramutã, Campos e Marques (2023) evidenciam que os sítios arqueológicos são marcas deixadas pelos seus ancestrais *Makunaimi*, *Anike* e *Insikiran*, ou seja, são espaços presentes no território Makuxi controlados por espíritos com poderes sobrenaturais que protegem esses bens. Essas tradições e crenças são passadas como uma forma de herança ancestral, preservando o ensinamento dos seus antepassados, como exemplifica a fala a seguir:

Eu tinha dois avôs, né? Hoje em dia não vivem mais, são falecidos, aí quando a gente ia buscar lenha, na cultura macuxi, tem essa parte que não tinha gás de botija era de lenha mesmo, as melhores lenhas ficavam mais distantes, onde as pessoas não iam, ficavam mais perto da casa dos bichos, perto dos que chamava-se de *Mariúá* (SIC). Que é o nome de um espírito maligno da serra, espírito mal, que quanto mais perto das serras eram melhores as lenhas (SIC). Então meu avô fazia um benzimento, uma oração, e os espíritos nem viam quando ele ia por lá. Aí ele contava, aquele paredão, escuta essa zuada aí, faziam uns barulhos, era a Serra do Pepê, Serra da Borboleta hoje. Aí nessa serra tinha um sítio arqueológico de urnas funerárias, com restos mortais né, aí não podia passar aqui, porque tudo pro macuxi, as rochas, tanto as matas existem os deuses né, que são os espíritos dali, então a gente respeita os lugares dessa forma, então o macuxi tem medo destes locais. E aí eles não poderiam ficar de luto, mulheres menstruadas, ou então a questão de comer a pimenta (Entrevistado 5, funcionário da SEMMAT).

O discurso do entrevistado denota que existem locais que nem o próprio indígena pode frequentar por considerá-los sagrados, não sendo permitida a presença de pessoas (mesmo que indígenas), barulhos, retirada de material (pedras, materiais arqueológicos), por conta de serem locais de respeito. Se qualquer elemento desses locais for comprometido, acredita-se que podem ocorrer maldições ou o despertar de espíritos malignos para seus povos. Guesse (2012) considera os indígenas como povos de características com essência mítica, de forma que seus mitos e narrativas explicam o mundo, os seres e os valores, integrando o real/cotidiano com o suprarreal, mágico, fabuloso, divino — pode-se dizer que a realidade indígena é uma realidade ampliada, que relaciona constantemente o real ao

sobrenatural. Para os indígenas, atividades “simples” e “reais” do dia a dia adquirem o caráter mágico na medida em que recuperam os atos primordiais e sagrados, realizados no tempo do princípio pelos seus deuses e antepassados. Campos e Marques (2023) afirmam que, para os Makuxi, as histórias míticas estão presentes nas toponímias, nas explicações sobre doenças, na fisiologia de espécies, nas referências culturais materiais, pinturas, músicas e tantos outros elementos da sua cultura. Por isso, mesmo um território indígena inabitado possui significado para as comunidades indígenas, pois encontram no meio abiótico a sua ligação com as suas histórias, antepassados, cultura e crença.

No município de Uiramutã, centenas de comunidades indígenas formam uma espécie de mosaico pelas quais os tuxauas são responsáveis, autorizando ou não a entrada e utilização do meio ambiente dentro do seu território. Nas falas, os tuxauas entrevistados enfatizam a necessidade de controle territorial pela comunidade no acesso de turistas aos locais, pois “As visitas elas (SIC) são em locais indígenas, nas comunidades, então pra entrar você precisa ter uma autorização das comunidades indígenas, pois tem um líder (Tuxaua) lá dentro” (Entrevistado 3, Tuxaua).

A necessidade de autorização está relacionada ao modo como os indígenas enxergam o meio ambiente e o espaço em que habitam, pois, a terra indígena, além de ser um local onde os indígenas se apropriam dos recursos naturais e garantem a sua subsistência física, é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses (Kolling; Silvestri, 2019). Dessa forma, Falcão *et al.* (2020) ressaltam que o desenvolvimento da atividade turística em Uiramutã requer tanto a autorização dos povos que ali vivem quanto a capacitação destes para que sejam protagonistas de tal atividade.

Os tuxauas que participaram da entrevista demonstraram que compreendem esse processo, indicando o “turismo” como uma possível forma de trazer “**benefícios**” para as “**comunidades**”, sobretudo relacionado aos recursos financeiros. Entretanto, há uma preocupação com como e onde o turismo deve ser realizado e com o controle de acesso das pessoas aos locais turísticos. Eles entendem que, para as comunidades colherem os benefícios advindos do turismo, deve haver capacitação e preparação das comunidades para o recebimento dos turistas, de forma que haja um consenso entre as comunidades sobre o que é o turismo e os seus segmentos, e que tal processo seja realizado de maneira a movimentar e reconhecer a cultura local, como demonstra a fala dos entrevistados:

A questão do geoturismo, nós precisaríamos trabalhar primeiro, trabalhar e capacitar os nossos irmãos nativos, porque sem isso não funciona. Porque uns acham que é uma invasão, outros acham que pode trazer benefício e outros estão alheios a isso (Entrevistado 4, morador relevante, da etnia Ticuna do Amazonas).

Nós aqui, povos indígenas, dentro da área Raposa Serra do Sol, aí nós temos cachoeiras dentro da área, né? Temos cachoeiras, só que ninguém preparou nada ainda. Por exemplo, no caso do turismo, né? [...] Mas o recurso fica aí no município, Agora, se nós tivéssemos preparado dentro da aldeia, era diferente. Então, a gente tem que ter um lugar de lá, paga (SIC), como é que se diz? (uma agência né? – reposta do entrevistador) É, e já podia ser aqui, aqui já tinha seu movimento, sua cultura, sua bebida, seu, né, vamos dizer, tem artesanato, né, pode dizer assim, que a gente sempre faz aqui. Então, tem aí essa casa, tem a casa onde se bebe, onde se come, onde se dorme. Então, um tipo hotel, vamos dizer (Entrevistado 6, Tuxaua).

Falcão, Silva e Souza (2020) reforçam a necessidade da aplicabilidade de políticas voltadas ao turismo, principalmente relacionadas à capacitação junto às comunidades indígenas, para que estas desenvolvam a atividade turística atendendo às necessidades e especificidades da região. Para os Tuxauas entrevistados, a organização para que as comunidades demonstrem sua cultura e colham os recursos provenientes do turismo é fundamental, pois, em seu entendimento, caso o turismo seja implementado, não haverá volta:

Porque não é pra dois dias. Não é para um ano. Depois que nós abrir a porta, é pro tempo todo. Pra vida inteira. É, pra vida inteira (SIC). Quer dizer, eu já tô nessa idade, mas meu filho, meu neto vão alcançar isso aí. Eles vão trabalhar pra isso já. Quer dizer que uma coisa assim que (SIC) não é pra uns dias, não. Isso aí é pra tempo. Vai filho (SIC), é filho, é neto, e tudo bem. E não pode ser só gente de fora. Pode ser gente daqui mesmo. Pode fazer, né, esse movimento. Isso aí é muito bom. Mas a gente vai ainda estudar sobre isso aí (Entrevistado 6, Tuxaua).

Nesse sentido, quando os entrevistados foram questionados acerca dos aspectos que consideram importantes para desenvolver o geoturismo, a NP (Figura 3) evidencia como os entrevistados julgam importante desenvolver um “**turismo**” que envolva o “**conhecimento**” que as “**comunidades**”

possuem, de forma que consideram impossível desvincular o turismo do “**etnoturismo**”, como exalta o depoimento do entrevistado 4:

Eu acho que o etnoturismo, ele não tem como ser desvinculado do ecoturismo, né? Porque se você vai. (SIC), você não vai encontrar só, vamos dizer assim, rochas e árvores, né? E vegetais, né? E água. Tem o ser humano lá que é o mais importante [...] ninguém visita alguma coisa no Amazonas sem antes conhecer a comunidade local, sem conhecer a sua história, as suas tradições, as suas danças, a sua cultura, a sua culinária, entendeu? Depois eles vão ali para os rios, vão pescar, vão fazer alguma coisa Mas antes, a parada obrigatória, né?” Exatamente Então a gente precisa desse trabalho, dessa conscientização (Entrevistado 4, morador relevante, da etnia Ticuna do Amazonas).

O turismo indígena é baseado nas terras indígenas e na identidade cultural dos seus povos, propiciando a apreciação da natureza e da cultura de seus anfitriões, bem como a conservação dos recursos naturais e a diversidade biológica e cultural. Pode ser conceituado como um conjunto de práticas construídas e selecionadas de forma consciente pelos próprios indígenas (Hinch, 2007; González, 2008; Pereiro, 2013; Butler, 2007 *apud* Silvestre; Fontana, 2023).

Figura 3 - Nuvem de Palavras da pergunta “Quais aspectos o(a) senhor(a) considera importantes para desenvolver o geoturismo em Uiramutã?”



Fonte: Os autores, 2026.

Dessa forma, ao serem questionados sobre os aspectos negativos do turismo, os entrevistados tendem a citar a palavra “**trabalhar**” (Figura 4) como indicativo de um esforço para compreender e melhorar a situação. Esse termo é associado à atuação de órgãos e secretarias da prefeitura, que precisam estabelecer diretrizes comuns para a implementação do turismo nas comunidades, incluindo a construção de uma “cultura turística” e a busca por parcerias externas, como observa o entrevistado 5:

Seria trabalhar o próprio (SIC), é, turismo e educação ambiental, ou turismo, educação e patrimônio cultural, é nessa linha, com as universidades, com as escolas, né? trabalhar com as instituições que já (SIC) que já atuam, e com isso a gente vai ganhando esse cuidado com as próprias experiências, né? você tem um guia, condutor, você tem a pessoa que faz o café da manhã, pessoa de hospedagem. Mas a gente faz isso o dia que vem (SIC), porque preservando não é só você (SIC), não é só você dizer assim cercar, dizer que é proibido, né? aquele meio, tanto as serras, os lugares, as cachoeiras, mas aí você visita mesmo, né? dizendo também (SIC) sabendo a importância do lugar que tem, é para você também preservar quando você tiver um filho, porque ele tem a oportunidade também de ver, de visitar (Entrevistado 5, funcionário da SEMMAT).

A declaração do entrevistado 5 também denota que o desenvolvimento do turismo pode ser uma forma de ajudar a preservar o meio ambiente local, visto que, atualmente, o turismo em áreas indígenas na região ocorre sem estrutura adequada e, muitas vezes, agentes turísticos levam visitantes sem respeitar a autorização das comunidades para o uso recreativo de determinados locais.

Figura 4 - Nuvem de Palavras da pergunta “Existem impactos negativos que podem comprometer as áreas com potencial para o geoturismo?”



Fonte: Os autores, 2026.

De fato, as situações que podem ser relacionadas a pontos negativos citados na NP são “**poluição**”, “**lixo**”, “**garimpo**”, “**drogas**” e “**contaminação**” (Figura 4), muito vinculadas ao lixo não degradável deixado pelos turistas nos pontos de visitação e na “**cidade**”. Falcão e Ruivo (2022) observam, na corredeira Paiuá, — de fácil acesso turístico —, há com frequência a presença de resíduos sólidos, como garrafas, latas e plásticos, além do uso de fogueiras para assar carne. Além disso, a área de disposição de resíduos sólidos da zona urbana é feita de forma irregular, em uma voçoroca sem presença de proteção ambiental, localizada a 1,3 km de distância em linha reta da sede municipal (Silva; Souza, 2023).

O garimpo é citado como negativo por ser um problema histórico em Uiramutã. Desde as décadas de 1930 e 1940 que as jazidas de ouro e diamante são reconhecidas por garimpeiros guianenses, mas foi na década de 1950 que começaram a ser efetivamente exploradas por garimpeiros (Reis; Pinheiro; Carvalho, 1985). Essa situação perdurou até meados de 2005, quando houve a demarcação da TIRSS e consequente retirada dos garimpeiros. Atualmente, o garimpo tem se tornado um novo problema enfrentado pelas comunidades indígenas, em especial fomentado pelo lado guianense (Infoamazonia, 2024).

Na Figura 4, o NP evidencia que uma das preocupações dos entrevistados com relação ao turismo é como ele pode impactar as questões “**indígenas**”, sobretudo em relação às “**comunidades**” e “**organizações**”. Leal (2007) aponta que não se deve subestimar a capacidade dos povos indígenas em planejar, empreender e conduzir o desenvolvimento turístico em seu território, citando exemplos de experiências turísticas bem-sucedidas em territórios indígenas, como no caso da Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas (Campealta) e na Reserva Indígena da Jaqueira. Entretanto, a autora alerta para os efeitos nocivos que o turismo mal planejado pode causar, como a criação de “aldeias turísticas” e o aparecimento do “indígena turístico”. Grunewald (2003) denomina essa prática de *tourées*, ou seja, um ator que modifica seu comportamento para lucrar de acordo com essa percepção do que é atrativo para o turista. O autor aborda a ambiguidade que essa situação causa, pois o turista quer ver “nativos intactos”, mas sua própria presença mudaria os nativos ao torná-los menos exóticos e “tradicionais” (mais parecidos com o próprio turista) e ao incentivar que eles se transformem em *tourées*.

Essa questão é central para entender os conflitos de ideias que ocorrem entre as “**organizações indígenas**” e as “**comunidades**” a que pertencem, pois algumas comunidades querem permanecer intactas, sem a presença do “homem branco”, e outras querem a abertura de suas comunidades ao turismo. Existem três principais organizações indígenas em Uiramutã: o Conselho do Povo Indígena Ingarikó (COPING); a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (SODIURR); e o Conselho Indígena de Roraima (CIR). As comunidades pertencentes ao COPING, do povo Ingarikó, demonstram que as comunidades estão trabalhando para receber turistas e já fizeram um projeto piloto (Nogueira; Falcão, 2011). Porém, como estão situadas ao norte da área urbana, próximo à região da Serra do Sol — distante da área de influência do estudo —, os entrevistados citaram com mais frequência a SODIURR e o CIR. As comunidades pertencentes à SODIURR situam-se preferencialmente na área urbana ou próxima dela, compondo as comunidades mais flexíveis ao turismo e que mantêm um contato mais frequente com as secretarias do município. O CIR reúne comunidades que são

parcialmente contrárias ao turismo e que, segundo os entrevistados, ainda estão no processo de entender o turismo. O entrevistado 5 aborda essa questão:

A gente tem aqui três organizações indígenas, que é o COPING, que é o povo Ingarikó. Tem o a SODIURR e o CIR, então a gente tem mais contato com as comunidades, é (SIC) da SODIURR, porque como secretaria municipal, a gente diz assim (SIC), a gente quer trabalhar com quem quer. Mas a gente procura também conversar com as organizações do CIR, então a gente recebe convite pra discutir com eles, Hoje a gente tá mais ainda nessa parte de discussão pra entender o conceito de Turismo ecológico, Etnoturismo, Turismo rural, Turismo (SIC), É, a gente capacitar as pessoas pra que elas entendam, isso ainda tá (SIC) ainda tá nessa fase ainda. Com a organização da SODIURR a gente já trabalha já (SIC) o plano de visitação, a elaboração já de fato, existem cursos que já foram realizados, e com o CIR ainda tem esses detalhes (Entrevistado 5, Funcionário da SEMMAT).

Aproveitando a temática acerca das organizações, quando se pergunta como as comunidades entendem o turismo, fica claro que a percepção sobre o turismo de determinada comunidade depende do segmento a que pertencem, sendo ambas citadas no NP (Figura 5). As comunidades pertencentes à SODIURR, por serem mais abertas ao turismo, permitem que seja feita a visitação na sua área de influência, desde que haja um condutor local da comunidade. Já as comunidades pertencentes ao CIR são mais fechadas ao acesso, como exemplifica o relato do entrevistado 4:

É porque depende muito do segmento, aqui nós temos aquilo que nós falamos de uma política regional. Por exemplo, temos umas associações, tem o (SIC), as mais conhecidas, né? O CIR e a SODIURR. Por exemplo, as comunidades do CIR elas vêm como mais fechadas. São as comunidades que não deixam você ter acesso as regiões onde tem cachoeira e uma série de outras coisas, é totalmente restrito. As comunidades da SODIURR, por outro lado. Elas já te favorecem nesse sentido. Fazem até questão que você vá, conheça, por exemplo, as cachoeiras que te citaram (Urucá e Sete Quedas) que é permitido a visitação pública, são todas da SODIURR (Entrevistado 4, morador relevante da etnia Ticuna do Amazonas).

Figura 5 - Nuvem de Palavras da pergunta “Como as comunidades entendem o turismo?”



Fonte: Os autores, 2026.

A manifestação do entrevistado sobre as cachoeiras com visitação pública permitida refere-se às corredeiras do Paiuá e às cachoeiras Urucá e Sete Quedas, que são as mais conhecidas e utilizadas para o turismo na região. Os entrevistados também indicam que há inúmeras cachoeiras e elementos da geodiversidade ainda não abertos à visitação.

Apesar do entendimento das comunidades sobre o turismo ser distinto, há um consenso de que, se houver a abertura ao turismo, ele deverá ser baseado nas comunidades, principalmente pela preocupação com a manutenção da terra indígena, como demonstra o posicionamento a seguir:

Muitas vezes é a liderança, a liderança da comunidade, aí ele acha que aqui dali vai (SIC), um dia será que vai dar problema? Será que vai dar problema? Esse daí, como eu falei, pode não dar problema agora, mas mais tarde. O que será mesmo? Será que vai dividir a gente? Ou vai dar algum problema, ou vão tomar da gente. Tem esse

negócio assim. E a pessoa se sente, acha alguma coisa de fraqueza, mas não é, não é assim (SIC). Porque a administração, se é do povo indígena, ele pode ter outra (SIC) outra parceria pra administrar junto, né? Mas só pode ser que até assim (SIC). Mas muitas vezes diz que não (SIC). De repente pode chegar um aí, vai querer tomar, vai querer (SIC) vai querer documentar, dizendo que lá nunca tinha indígena, como sempre teve, né? Que o povo indígena, pela vez (SIC), (como) deputado, senador, às vezes diz que os índios não são daqui, não sei de onde. Mas a gente sabe muito bem, só pra dizer assim que não existia, e existia. Agora, não existiam esses povos brancos. Porque quando o português chegou no Brasil, né? E já existia povo indígena, né? Então não tem nem como dizer que (o povo indígena e o seu território) é mentira (Entrevistado 6, Tuxaua).

A implementação da instrução normativa nº 03/2015 da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai, 2015), que estabeleceu que as comunidades indígenas possam elaborar planos de visitação turísticos (ecoturismo e etnoturismo) de base comunitária e sustentável, contribui para que os entrevistados citem o turismo comunitário em outros países, por ser um exemplo que integra o uso sustentável dos recursos naturais ao conhecimento cultural das comunidades indígenas, como observa o entrevistado 7 e o entrevistado 6, Tuxaua:

A maioria das comunidades de turismo aqui, o que que acontece? Eles veem muitos... Eles veem como um negócio bom. Porque muitos sabem que o turismo, ele pode tanto gerar renda, como ele também pode resgatar a cultura, né? Preservar o meio ambiente. Preserva muita coisa, pra falar a verdade, né? E gera riqueza, né? [...] A gente for ver nesses outros países aí pra fora. Por mais que tenha as multinacionais. Mas ali tá envolvido a população local. São capacitados pra aquilo ali. E eles conseguem preservar o... Tendo prova disso. São as culturas milenares que tem aí pra fora, né? Por que nós não preservar o nosso aqui? Nós temos bem aqui o povo Ingarikó (Entrevistado 7, funcionário da Prefeitura Municipal).

Pelo que eu vi. Não foi aqui. Foi num lugar estrangeiro, né. Eu vi lá. A comunidade lá fazia o artesanato deles, né. Faziam pra poder (SIC) quer dizer que eles arrecadavam, o pessoal trazia dinheiro, pagava tudo direitinho, levava. Então isso aí é uma arrecadação que dá pra ajudar, né. Pode fazer alguma coisa melhor ainda, né. Mas aí, por enquanto, ainda por isso (SIC), tem como trazer, tem como reforçar. Só que tá faltando esse diálogo com o povo, com as lideranças. Só que tá faltando só isso, né. Mas de ter (SIC), tem o pessoal que vem de lá. Por exemplo, no caso, eu tenho um colar, eu tenho um cocar, eu tenho umas coisas, um artesanato feito, não sei, panelas de barro, alguma coisa assim. Aí tem a saída. Tem saída (SIC). Então tudo isso é dinheiro. Então não é só isso. Mas também tem seu lugar pra deitar. Às vezes nem é caro, mas é tanto, né (SIC). Passamos a noite assim, tem lugar pra estar lá. Tomando banho, tem onde beber, comer, tudo isso. Porque muitas vezes vem aqui, vai lá (SIC), (o turista) toma um banho, volta, (e) o dinheiro fica tudo do lado de outro lado. Enquanto aqui, ficou nada. Então é triste isso aí. Ainda ninguém sabe pra parar pra isso (SIC). Mas se tiver pra parar aí (SIC), não, é diferente. Pode vir (Entrevistado 6, Tuxaua).

Dessa maneira, quando questionados sobre a forma com que a prefeitura vem atuando para ajudar a desenvolver o turismo no município, a NP mostra que a palavra mais utilizada é “**turismo**”, seguida de “**prefeitura**” e “**comunidade**” (Figura 6). Isso salienta o papel atual do Estado em tentar construir um plano de gestão que esteja em sintonia com as aspirações e bandeiras das comunidades indígenas. A NP também evidencia o papel do poder público (prefeitura) na organização ao buscar o engajamento dos *stakeholders* do turismo (comunidades indígenas, empresas de turismo, guias e agentes de turismo, entre outros) em um projeto de turismo de base comunitária.

As ações do poder público são realçadas nas entrevistas das pessoas ligadas à prefeitura e demonstram que o caminho a ser percorrido envolve ações de conscientização, capacitação e planejamento para o etnoturismo, o que denota que o desenvolvimento do turismo depende da comunicação entre o governo municipal e as comunidades. Os entrevistados destacam que a prefeitura atualmente mantém contato com as comunidades interessadas na elaboração de seus planos de visitação turísticos, sendo que os mais desenvolvidos são os das comunidades Água Fria e Flexal, como relata o entrevistado 7:

A gente para diminuir um pouco o impacto vem trabalhando muito a questão da conscientização, né? prevenção então a Secretaria do Meio Ambiente e Turismo eles têm realizado muitas palestras nas comunidades principalmente ajudado algumas comunidades, a realizar uns planos, desde 2021 já fizeram, o plano (de visitação) da

região da Água Fria, e a região daqui do Flexal, os planos de turismo, de visitação, isso inclusive desse trecho aqui que envolve essas cachoeiras nesses igarapés para cá e a região do trecho do Flexal (Comunidade), e vem atuando com as campanhas de prevenção do meio ambiente e também do incentivo ao turismo (Entrevistado 7, funcionário da Prefeitura Municipal).

Figura 6 - Nuvem de Palavras da pergunta “de que forma a prefeitura vem atuando para ajudar a desenvolver o turismo no município?”



Fonte: Os autores, 2026.

Essa integração entre as comunidades indígenas, o poder público e os pesquisadores se faz necessária, pois, segundo Corbari e Storniolo (2022), a Funai não fornece suporte técnico para elaboração dos planos de visitação, que são burocráticos e técnicos, sendo o principal motivo pelo qual as comunidades ainda não iniciaram o processo de anuência de seus planos.

As palavras “**guia**” e “**condutor**” da NP são utilizadas pelos entrevistados para exaltar que as comunidades não têm a presença de “guias turísticos indígenas”, mas, sim, apenas condutores turísticos que acompanham o turista nas áreas de visitação. Logo, há uma expectativa dos entrevistados para que ocorra a capacitação de seus condutores locais, porém, os participantes reconhecem que esse processo é lento, como exemplifica o relato a seguir: “A gente vai até ter agora a parceria com o Código de Bombeiro justamente pra fazer isso, pra gente capacitar os guias, né? não temos guia” (Entrevistado 1, funcionária da SEMMAT).

Segundo os entrevistados, a prefeitura está no processo inicial de capacitação, com a criação da Lei Municipal nº 174, de novembro de 2022 (Uiramutã, 2022), que regulamentou a atividade do condutor de turismo local em Uiramutã, permitindo regularizar os condutores indígenas que atuam nas comunidades.

Quanto aos aspectos que os entrevistados consideram positivos em relação ao turismo, eles são unânimes em afirmar que o principal é a geração de recursos financeiros para as comunidades e para o município. Por isso, as palavras mais citadas na NP foram “**dinheiro**”, “**turismo**”, “**comunidade**” e “**município**” (Figura 7).

Atualmente, as comunidades se preocupam em adquirir formas de captar o recurso financeiro proveniente do turismo, pois, segundo os entrevistados, os turistas geralmente não levam “dinheiro” em espécie. Assim, ao visitarem as comunidades, muitas vezes não conseguem pagar os condutores locais nem adquirir os produtos culturais, como artesanatos, bebidas e serviços de estadia. O entrevistado 7 aborda essa questão:

Por no Uiramutã não ter bancos oficiais, só tem o caixa econômico, mas o dinheiro que vem para cá é pouco. A gente sabe que a maioria dos recursos que vêm para o município, assim como no estado de Roraima, é do contracheque, é do servidor público, tanto municipal, estadual e federal. E essa tramitação de recursos, de dinheiro, ele é feito através do Banco do Brasil. E no município nós não temos mais o Banco do Brasil. Foi retirado do Banco Postal e a gente depende muito do serviço eletrônico, de moeda eletrônica. Mas ela não é suficiente porque a moeda não circula. Por falta de banco, então, automaticamente só ganha dinheiro aquele que tem a

tecnologia no seu estabelecimento. É muito pouca moeda impressa que circula no município. Infelizmente o sistema de internet ainda é agora, que está sendo instalado nas comunidades. Algumas comunidades já têm suas cantinas fazendo movimentação do dinheiro de forma eletrônica. Mas isso não é suficiente para a moeda circular (Entrevistado 7, funcionário da Prefeitura Municipal).

Figura 7 - Nuvem de palavras da pergunta “Quais os aspectos positivos do turismo que podem ser destacados em Uiramutã?”



Fonte: Os autores, 2026.

Em síntese, com base no questionário aplicado e nas respostas dos entrevistados, é possível afirmar que, embora haja variações nas percepções locais, diversos aspectos em comum podem ser observados entre os participantes. Um dos fatores que pode ter contribuído para essa convergência de percepções é o fato de que tanto os órgãos municipais quanto as comunidades indígenas serem compostos predominantemente por indivíduos indígenas, o que tende a reforçar visões compartilhadas.

Os entrevistados normalmente associam o geoturismo com o ecoturismo e o etnoturismo. Seus relatos indicam que compreendem que o turismo pode ser uma importante fonte de renda local, embora ponderem que as comunidades indígenas ainda estejam no processo de entender como o turismo pode ser desenvolvido. Dessa forma, o desenvolvimento turístico da região passa essencialmente pela capacitação e compreensão das comunidades indígenas sobre o que é turismo e geoturismo.

Para os povos indígenas de Uiramutã, os elementos da geodiversidade (serras, cachoeiras e rios) possuem significados que estão relacionados às suas vivências, tradições e crenças, reforçando o cuidado com a manutenção de seu território e cultura. Segundo Schallenberger e Arantes (2014), a concepção indígena sobre o significado de terra remonta ao sagrado, por ser um espaço de livre movimentação, onde, em contato com a natureza, os sujeitos produzem cultura, criam e referenciam seu mundo simbólico, e exercitam suas crenças. O autor aponta que as projeções do Estado e do capital sobre o uso e a apropriação da terra assumiram diferentes sentidos, sobretudo quando relacionadas ao poder e à acumulação de bens. Assim, Ricoveri (2012) argumenta que o uso dos recursos naturais só é sustentável se o acesso for limitado, pois aqueles que os usam estão interessados em sua conservação e, justamente por isso, definem regras de gestão adequadas para garantir que eles sejam utilizados de maneira responsável.

Corroborar-se a ideia de que o turismo desenvolvido em Uiramutã deve ser um turismo comunitário, pois os habitantes locais são os principais atores interessados na conservação do meio ambiente. Nessa forma de turismo, a própria comunidade se apropria da atividade e dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor. Tais experiências se baseiam no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local, no turismo responsável, nas redes de comércio justo no turismo, nas práticas de economia solidária, tendo como premissa, fundamentalmente, a sustentabilidade (Brasil, 2008). Como exemplo, é possível citar a comunidade Yaripo do Amazonas: com a aprovação do seu plano de visitação ecoturístico, cerca de 800 indígenas foram beneficiados indiretamente, representando uma alternativa e oportunidade de renda diante do garimpo ilegal que ocorre e atrai os jovens Yanomami (Plano de Visitação Yaripo, 2017; Oliveira; Ayrca; Amyk, 2020). O desenvolvimento do turismo de base comunitária em Uiramutã é uma opção viável frente ao baixo IDHM do município,

que pode proporcionar novas oportunidades de emprego e renda para os povos indígenas e reforçar a proteção e conservação do patrimônio natural como forma de coibir o garimpo ilegal, contribuindo, assim, para a autonomia dos povos indígenas e fortalecimento de suas identidades, costumes e tradições.

Atualmente, a melhor forma de as comunidades indígenas aderirem ao turismo de base comunitária é por meio da elaboração de um plano de visitação via instrução normativa nº 03/2015 da Funai (2015). Corbari e Storniolo (2020) ressaltam que as comunidades indígenas têm dificuldade em elaborar os planos de visitação por serem muito burocráticos e técnicos, por isso, a contribuição de pesquisadores que possam mapear e geoespacializar os atrativos turísticos do patrimônio natural torna-se valiosa. Compreender a situação do turismo em Uiramutã e como ele pode ser desenvolvido se faz emergente por ser uma possível solução diante das dificuldades atuais que o município tem enfrentado, tais como (i) o novo crescimento do garimpo ilegal, principalmente fomentado pelo lado guianense (Infoamazônia, 2024); (ii) presença de agências de turismo que realizam planos de visitação turísticos de forma indevida e que desconsideram o papel das comunidades no processo (Falcão; Silva; Souza, 2020); e (iii) dificuldades na geração de emprego e renda nas comunidades indígenas locais.

Entretanto, segundo Corbari e Storniolo (2020), a elaboração de planos de visitação é dificultada pela ausência de suporte técnico da Funai. Além disso, por serem burocráticos e complexos, esses documentos dificultam que as comunidades interessadas no turismo desenvolvam seus próprios planos, o que pode explicar o fato de que, nas proximidades da área de estudo — que conta com ao menos 20 comunidades —, apenas uma (Comunidade Flexal) apresenta plano de visitação em análise pela Funai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento que os moradores e comunidades indígenas possuem sobre a geodiversidade que os rodeia deriva da relação singular que estabelecem com os elementos abióticos, os quais possuem significados profundamente vinculados às suas vivências, tradições e crenças. Esses sujeitos carregam um conhecimento vasto sobre seus territórios e paisagens, que comumente apresentam significados considerados sagrados por serem locais utilizados por seus antepassados e que guardam seus registros arqueológicos, mitos e espiritualidade. Dessa forma, a percepção sobre o geoturismo é normalmente atrelada ao ecoturismo e etnoturismo, havendo a necessidade de envolver a paisagem física nos aspectos tradicionais das comunidades indígenas, a exemplo do artesanato e das comidas típicas, como meios de divulgação de sua cultura.

O turismo é visto como uma forma de atrair recursos financeiros para o desenvolvimento local, embora as comunidades indígenas ainda estejam no processo de entender como ele é realizado. A aceitação em relação ao turismo de determinada comunidade depende da organização indígena a que pertence. As comunidades ligadas à SODIURR, situadas preferencialmente na área urbana ou próxima dela, são mais flexíveis ao turismo, enquanto as comunidades do CIR são mais fechadas e parcialmente contrárias ao turismo. De modo geral, os indígenas se preocupam com a forma como é conduzido o turismo e entendem que a implementação depende da capacitação e preparação das comunidades, de maneira que os recursos financeiros permaneçam nelas. Outra preocupação é o fato de não haver circulação de dinheiro em espécie, o que dificulta a captação dos recursos financeiros por parte das comunidades.

A implementação da instrução normativa nº 03/2015 da Funai (2015), que estabeleceu as normas para visitação com fins turísticos (ecoturismo e etnoturismo) em terras indígenas, ainda se configura como uma das melhores alternativas para assegurar a geração de emprego e renda para as comunidades indígenas, por envolver o turismo de base comunitária e sustentável. Observa-se uma necessidade emergente de desenvolvimento de pesquisas sobre biodiversidade e geodiversidade que permitam inventariar o patrimônio natural e cultural de Uiramutã, por meio de produtos técnicos geoespacializados capazes de identificar o potencial turístico sustentável da região. Esses produtos podem subsidiar as comunidades na elaboração de seus planos de visitação, caso tenham interesse.

AGRADECIMENTOS

O apoio financeiro para a realização deste trabalho foi concedido pelo Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Processo nº 510167/2020-00, e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da bolsa de mestrado. Agradecemos as contribuições da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo de Uiramutã (SEMMAT), dos moradores e comunidades indígenas de Uiramutã, bem como dos revisores que avaliaram este manuscrito.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. S. M. Entre toponímia e mito: um estudo em Uiramutã – Roraima. In: MONTEIRO, H. M. V.; ARAÚJO, M. S. M.; COSTA, I. C. (Orgs.). **Letras em Fronteiras: diálogos entre Língua, Literatura e Ensino**. 1. ed. Vol. I. Boa Vista, RR: UERR Edições, 2021. p. 58-80.
- ARAÚJO, M. S. M. Estudo toponímico antropocultural de Uiramutã – Roraima. **Tese** (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). 2019.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research**, California, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981. <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>.
- BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A. amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021. <https://doi.org/10.25110/receu.v22i1.8346>.
- BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. **Le lien territorial: entre frontières et identités**. Géographies et Cultures (Le Territoire), n. 20. Paris: L'Harmattan, 1996.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. Brasília, 2008.
- BUTLER, R.; HINCH, T. Tourism and indigenous peoples: issues and implications. Oxford, UK: **Elsevier**, 2007. <https://doi.org/10.4324/9780080553962>.
- CAMPOS, L. C. S.; MAQUES, E. S. O Papel Social da Cosmologia Macuxi para a Comunidade Camararé-Raposa Serra do Sol. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 21, n. 1, p. 169-184, 2023. <https://doi.org/10.18224/hab.v21i1.13266>.
- CORBARI, S. D.; STORNIOLO, R. S. 1º Seminário Nacional Povos Indígenas: etnodesenvolvimento e sustentabilidade-Painel Turismo em Terras Indígenas. **Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 14, n. 1, 2022. <https://doi.org/10.18226/21789061.v14i1p271>.
- FALCÃO, M. T.; SILVA, T. M.; SOUZA, J. A. Geodiversidade e geoturismo: estudo das potencialidades do município do Uiramutã-Roraima. **Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico**, Manaus, v. 5, n. 2, p. 43-54, 2020.
- FALCÃO, M. T.; RUIVO, M. L. Potencial da Geodiversidade para o Etnoturismo Indígena em Roraima. **Turismo no Contexto Amazônico: pesquisa em tempos de adversidades**, 113. 2022
- FALCÃO, M. T.; SOUZA, J. A.; SOARES, R. B.; BRITO, B. D. M. Potencial turístico da geodiversidade do município do Uiramutã–Roraima. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, v. 1, n. 1, p. 30-39, 2018. <https://doi.org/10.24979/makunaima.v1i1.486>.
- FRIKEL, P. A Mitologia Solar e a Filosofia de Vida dos Índios Kaxúyana: Tentativa de uma Interpretação. In: GUDSCHINSKY, S. (Org.). **Estudos sobre línguas e culturas indígenas**. Edição especial: Trabalhos linguísticos realizados no Brasil. Brasília, 1971. p. 103-142.
- FUNAI, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cgetno/pdf/in-032015.pdf>. Acesso em: 30 de set. 2024.
- GONZALEZ, M. M. Etnoturismo o turismo indígena? **Revista Teoria y Praxis**, 5, 123-136, 2008. <https://doi.org/10.22403/UQROOMX/TYP05/09>.
- GRÜNEWALD, R. D. A. Turismo e etnicidade. **Horizontes antropológicos**, v. 9, p. 141-159, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000200008>.
- GUESSE, É. B. Da oralidade à escrita: os mitos e a literatura indígena no Brasil. **Anais do SILEL**, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2011.

HONORIO, A. R.; PEREIRA, G. S.; LOPES, C. M.; GASPARETTO, B. R.; NUNES DE LIMA, D. C.; TRIBST, A. A How can previous knowledge about food science/technology and received information affect consumer perception of processed orange juice? **Journal of Sensory Studies**, v. 34, n. February, p. 1–16, 2019. <https://doi.org/10.1111/joss.12525>.

IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 18 de set. 2024.

INFOAMAZONIA, InfoAmazonia, 2024. Garimpo na fronteira entre Brasil e Guiana ameaça indígenas no território da Raposa Serra do Sol, disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/02/15/garimpo-na-fronteira-entre-brasil-e-guiana-ameaca-indigenas-no-territorio-raposa-serra-do-sol/>. Acesso em: 30 de set. 2024.

KOLLING, P.; SILVESTRI, M. Reflexões sobre território e terra indígena: aspectos culturais, sociais e jurídicos. **Para Onde!?**, v. 12, n. 1, p. 211-226, 2019. <https://doi.org/10.22456/1982-0003.94569>.

LEAL, R. E. S. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista Antropológico. **Caderno Virtual de turismo**, v. 7, n. 3, p. 17-25, 2007.

LOBO, H. A. S.; MOREIRA, J. C.; FONSECA FILHO, R. E. Geoturismo e Conservação do Patrimônio Natural em áreas cársticas brasileiras. In: Seminário da associação nacional pesquisa e pós-graduação em turismo, 9., 2012, São Paulo-SP. 2012. **Anais do IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. São Paulo, 2012.

MOURA-FÉ, M. M. Geoturismo: uma proposta de turismo sustentável e conservacionista para a Região Nordeste do Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 27, n. 1, p. 53-66, 2015. <https://doi.org/10.1590/1982-451320150104>.

NOGUEIRA, E. M.; FALCÃO, M. T. Serra do Sol: o turismo de base local como fonte de desenvolvimento das comunidades. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

OLIVEIRA, C. A. F.; AYRCA; AMYK. Ecotourism in the Yanomami Land: A Proposal for Territorial Management and Indigenous Ethnodevelopment. **Indigenous Amazonia, Regional Development and Territorial Dynamics: Contentious Issues**, p. 159-179, 2020. https://doi.org/10.1007/978-3-030-29153-2_6.

PEREIRO, X. 2015. Reflexion antropológica sobre el turismo indígena. **Revista Desacatos**, 47, 18-35.

PLANET SCOPE. Disponível em: www.planet.com/products/basemap. Acesso em: 18/09/2024.

PLANO DE VISITAÇÃO YARIPO, 2017. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yaripo-ecoturismo-yanomami-plano-de-visitacao>. Acesso: 30 de set. 2024.

REIS, N. J.; PINHEIRO, S. D. S.; CARVALHO, J. E. 1985. Subdivisão litoestratigráfica da Formação Suapi - Grupo Roraima, Território Federal de Roraima. In: SIMPÓSIO DA GEOLOGIA DA AMAZÔNIA, 2., 1985, Belém. **Anais...** Belém: SBG, 1985. p. 408-420.

RICOVERI, G. **Bens comuns versus mercadorias**. Tradução: Vincenzo Maria Lauriola e Elaine Moreira. Editora MULTIFOCO, Rio de Janeiro, v. 201, n. 2, 2012.

RIVIÈRE, P. **AAE na Amazônia**. In Revista de Antropologia, v. 38, no 1. Publicação do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, 1995.

SCHALLENBERGER, E.; ARANTES, M. A. Terra Sagrada (editorial). **Tempo da Ciência (UNIOESTE)**, v. 21, p. 07-18, 2014. <https://doi.org/10.48075/rtc.v21i41.11028>.

SILVA, K. V.; SOUZA, L. S. B. Índice de Qualidade de Aterros de Resíduos-lqr Valas/Lixões nos Municípios do Estado de Roraima, Amazônia Ocidental, Brasil. **Revista Geográfica Acadêmica**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 159–180, 2023.

SILVESTRE, R. P.; FONTANA, R. F. O turismo indígena no Brasil: uma revisão bibliográfica de pesquisas publicadas no período de 1999 a 2021. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 21, n. 3, 2023. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2023.21.033>.

SOUZA, A. H. C.; LIMA, A. M. A.; MELLO, M. A. A.; OLIVEIRA, E. R. A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura. **Revista destaques acadêmicos**, 7(2), 2015.

UIRAMUTÃ (RR), 2022. Lei 174/2022: Regulamenta a atividade de “Condutor de Turismo Local” no município do Uiramutã – RR e dá outras providências. Prefeitura Municipal do Uiramutã, 2022. Disponível em: <https://transparencia.uiramuta.rr.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Lei-174-2022-Regulamenta-a-atividade-de-CONDUTOR-DE-TURISMO-LOCAL-no-municipio-de-Uiramuta-e-da-outras-providencias.pdf>. Acesso em: 09 de out. 2024.

VIEIRA, D. A. F.; FILHO, R. A. T.; SILVA, V. M. Nuvem de palavras sobre a percepção do consumidor por diferentes alimentos de origem animal. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 4, 2024. <https://doi.org/10.34117/bjdv10n4-072>.

Recebido em: 19/08/2025

Aceito para publicação em: 07/01/2026